

O TERRITÓRIO AMBÍGUO DA HISTORIOGRAFIA

Pensei muito sobre o que seria mais oportuno trazer para discussão num encontro como este, de troca de experiências e problemas, e achei que o mais sensato seria oferecer um panorama sobre o território ambíguo no qual se movem não só a crítica mas também a prática literária das mulheres brasileiras.

Ao chamar este território de ambíguo, não estou estabelecendo nenhum juízo de valor. Ao contrário, é até bastante demonstrável a coexistência de aspectos negativos e positivos explorados pelas mulheres no quadro da imprecisão que marca, de forma bastante direta, a lógica das relações de gênero entre nós e, de forma mais geral, a especificidade da engenharia das relações de poder no Brasil.

Tentando ser radicalmente objetiva, vou resistir à tentação de me estender sobre o estranho horizonte das relações de poder neste país e me concentrar na observação da área dos estudos literários feministas.

Num brevíssimo diagnóstico, poderia afirmar que, formalizada desde 1985, esta área de estudos vem mostrando significativos índices de crescimento. A presença flagrante de trabalhos feministas nos congressos e encontros de associações nacionais de pesquisa na área de Letras, bem como o número sempre crescente de teses sobre escritoras mulheres, mostra o interesse que estes estudos vêm suscitando. Atualmente, temos aproximadamente 20 programas ou centros interdisciplinares de estudos sobre a mulher na área de humanidades, todos incluindo representantes da área de literatura.

Do ponto de vista teórico-metodológico, não posso dizer que os estudos literários brasileiros tenham consolidado um *corpus* teórico próprio. Trabalhamos com duas grandes matrizes, a francesa e a anglo-saxônica que, de maneira bastante particular, identificamos com uma tendência mais psicanalítica e outra mais "social", ou seja, que assumiria um compromisso de caráter explicitamente político em sua prática crítica.

Neste quadro, vem chamando atenção a emergência de uma predominância dos estudos literários de caráter historiográfico, privilegiando,

particularmente, o exame dos "gêneros menores" e o estatuto de sua inserção na série literária. O que, portanto, vem se constituindo como a corrente teórica capaz de intervir e/ou interpelar os modelos de análise e interpretação vigentes na crítica literária tradicional é um sorrateiro namoro entre a Literatura e a História. Um namoro que, a meu ver, promete surpresas num futuro próximo.

A maior parte destes trabalhos entre nós filia-se ao que se convencionou chamar de "tendência arqueológica" - ou seja o trabalho de recuperação de atores e dados históricos "silenciados" pela literatura canônica. Dentro desta tendência, nota-se que uma expressiva fração de estudos e pesquisas lidam diretamente com a análise das representações em torno do conceito de "nacional", ou melhor, de uma subjetividade nacional sentida como excludente por alguns setores e segmentos sociais.

Na pesquisa "arqueológica", é estimulante constatar a extensão do trabalho de resgate do que foi perdido - ou "silenciado" - na cultura feminina, e a revelação de inúmeras autoras, tendências e até mesmo de novos campos e objetos de investigação. Ao mesmo tempo, chama a atenção a evidência de que o resultado imediato destes trabalhos revelou-se aparentemente insatisfatório. Os objetos recuperados, ou resgatados, muito freqüentemente não "cabiam" nas lacunas da história oficial. Este insucesso - na realidade um sucesso - demonstrou como a história literária tradicional não provê as categorias pelas quais as ações das mulheres possam ser satisfatoriamente descritas e, sobretudo, a necessidade de um questionamento profundo dos pressupostos desta historiografia, seus pontos de partida, métodos, categorias e periodizações.

Em termos gerais, os temas e os problemas que estão sendo mapeados e experimentados pela produção feminista levantam algumas questões de fundo particularmente importantes, como o mito da **linearidade** da história na cultura ocidental e a questão dos gêneros literários.

Sobre o mito da linearidade, gostaria de referir aqui um trabalho interessante e engraçadíssimo de Ria Lemaire, onde ela observa as formas de interrelação entre os discursos das histórias literárias nacionais e os discursos da **genealogia** nas sociedades patriarcais. Em ambos os casos, constata Ria, é traçada uma linhagem cronológica - não importa se real ou hipotética - de uma tradição **única e ininterrupta** na qual os que não se enquadram (por sexo, raça, idéias ou nacionalidade) são excluídos como marginais.

A lógica desta linhagem, por sua vez, é definida em termos patrilineares e baseada nos sistemas da propriedade privada, nos quais os filhos são legalmente considerados herdeiros legítimos de um patrimônio material, político ou cultural.

O que está em jogo aqui é a observação de uma das formas mais eficientes de como se opera a negação básica do impacto das estruturas sociais na tradição literária. Ria observa ainda, com humor, a importância e a ênfase atribuídas à linhagem literária enquanto sintoma de uma das principais obsessões masculinas nas sociedades patriarcais: isto é, sua insegurança acerca da paternidade biológica, compensada, na genealogia, pela

descrição da linhagem em termos patrilineares. Assim, a forte ênfase dada pelos historiadores literários na noção de "paternidade cultural", no mapeamento das "influências" literárias, nas questões que envolvem a definição de autoria e autenticidade e, mesmo, no controle da interpretação do texto com o objetivo de prevenir possíveis proliferações de sentidos "ilegítimos", comprovaria a permanência de fortes afinidades entre os discursos genealógico e literário.

Neste sentido, é interessante observar que, mesmo na literatura modernista, ainda não foi concedido às escritoras mulheres o direito de estabelecer uma linhagem. A única exceção talvez seja Clarice Lispector, única escritora com certa descendência; mas, sintomaticamente, a grande maioria das leituras que se faz da obra de Clarice é de caráter "essencializante", existencial, filosófico, espiritualista, enfim, qualquer trilha que despiste as graves questões sobre relações de gênero e de classe contidas em sua obra. Cecília Meireles dá uma linhagem defeituosa e Rachel de Queiroz, por sua vez, é considerada uma patriarca de saias e assim mesmo sem descendência.

Voltando às questões da historiografia literária, podemos perceber que uma das alternativas mais interessantes de estudo que temos hoje na área da literatura é a análise dos processos de construção desta historiografia, uma historiografia claramente **escriptocêntrica** e que evidencia a permanência de um conceito monolítico de escritura, chave-mestra que permite ou facilita a "eliminação" da produção das "margens", das literaturas populares, étnicas e das mulheres. (Recomenda-se também, nesta pista, o exame do curioso **uso** deste conceito de escrita nas discussões acadêmicas.)

Para fazer frente ao monopólio da escrita, seria, sem dúvida, extremamente bem vindo e oportuno um exame atento das relações entre oralidade e escrita. Ou seja, da história do desenvolvimento da tecnologia da escrita através da análise dos processos de transição das formas orais para a escrita impressa e da escrita impressa para os meios de comunicação de massa, tomando por base as funções político-sociais destas tecnologias em seus diferentes momentos históricos.

O que se propõe, portanto, não é apenas a reconstrução das tradições femininas escondidas ou eliminadas, mas, sobretudo, a construção de uma história literária enquanto produto de vários sistemas sociais e culturais, marcados pela dinâmica das relações de gênero.

Por sua vez, a questão dos chamados gêneros "menores", aos quais, por opção ou estratégia, as mulheres freqüentemente recorrem, e nos quais se enquadram quase todas as formas de produção feminina, é, sem dúvida, um ponto nevrálgico para uma revisão da historiografia tradicional. Neste sentido, gostaria de referir aqui o conceito de "gênero de discurso" que permela grande parte da obra de Bakhtin e que sinto como um bom caminho para o estudo das literaturas "marginais". Em vários trabalhos, Bakhtin aponta os limites da historiografia literária tradicional, cujo foco concentra-se, segundo ele, em fenômenos periféricos e historicamente insignificantes - como a luta entre escolas e tendências literárias - em detrimento do exame da história

literária enquanto a história mais profunda e radical da trajetória dos gêneros discursivos. A noção de gênero aqui é entendida não em seu sentido meramente formal, mas como um campo de percepção valorizado, como uma forma de representar o mundo, ou mesmo como uma forma de pensar. Um tipo específico de atividade criativa que traduz um sentido particular de experiência. Torna-se, portanto, evidente que diferentes experiências sociais requerem diferentes gêneros discursivos ou literários, assim como novos gêneros de discurso refletem mudanças na vida social. Nesta perspectiva, é golpeada qualquer atribuição de valor ou qualidade, "maior/menor", e os gêneros passam a ser examinados prioritariamente como veículos de historicidade. Bakhtin observa ainda que se os críticos e os historiadores entendessem a natureza e o desenvolvimento dos gêneros não se preocupariam tanto com o exame das influências ou linhagens literárias mas com o que ele define como "contatos genéricos", ou seja, a pluralidade de contatos discursivos transmitidos **através** dos autores.

Nossos estudos feministas, que vêm examinando a economia informal literária desenvolvida nas margens e preterida pela historiografia tradicional, já começam a apresentar alguns resultados significativos. É, por exemplo, reveladora a pesquisa de Marlyse Meyer sobre o papel decisivo da mulher, enquanto leitora de folhetins, na formação do romance brasileiro, adaptando o gosto do mercado às condições e à moral locais; a de Miriam Moreira Leite sobre os textos de viajantes ou sobre as obras paradigmáticas e seu efeito na construção da idéia de "nacionalidade"; bem como a de Maria Odila Silva Dias, que procura relativizar as noções de espaço público e espaço privado, a partir do exame dos processos de constituição do Estado Nacional e seus reflexos na novela do final do século.

Existem ainda inúmeros trabalhos sobre o espaço extremamente produtivo e inovador da imprensa feminina do século XIX, ou sobre o circuito dos salões e academias literárias examinados como espaços semi-públicos de experimentação não só de novas formas literárias mas sobretudo de novas formas de sociabilidade. Não devo deter-me aqui sobre esta produção, mas quis mencioná-la apenas como um exemplo de como a eleição de diferentes parâmetros de avaliação e classificação dos "fatos literários" promove, **necessariamente**, uma outra história, na qual objetos e campos de reflexão habitualmente subestimados pela crítica podem determinar novos eixos historiográficos, relativizando assim aqueles que definem o agrupamento de obras na historiografia tradicional.

Não deve ainda ser por mero acaso que, no conjunto da crítica feminista brasileira, observa-se uma preocupação especial com a segunda metade do século XIX, época do *rush* em direção à definição dos contornos da nação, tantas vezes descrita, pelos escritores e intelectuais da época, como uma "missão irrecusável". Tarefa que envolve de maneira crucial a *intelligentia* local e dá origem a instituições - como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, e a Academia Brasileira de Letras, em 1896 - destinadas a traçar "uma biografia para a nação", organizar sua história e afirmar e consolidar uma língua e uma literatura nacionais.

Que papel teria sido atribuído às mulheres nos discursos que imaginaram a nação brasileira? Em princípio, não há dúvida de que a figura feminina foi chave nas representações deste processo. Isto se vê não só na ficção, como também na larga produção pedagógica do período. Realizei há pouco tempo um estudo sobre a série de biobibliografias de “vultos ou personagens célebres brasileiros”, uma das estratégias mais utilizadas, na segunda metade do século XIX, para forjar uma elite intelectual nacional. Ao lado da volumosa produção sobre heróis masculinos, algumas obras dedicavam-se à construção de uma linhagem de celebridades femininas. Nestas obras, a celebridade da mulher é subsidiária da metáfora da “maternidade republicana”, a mulher-mãe “civilizadora” e responsável pela construção de uma nação moderna, educada e homogênea¹.

Aqui, dois problemas chamam a atenção. Em primeiro lugar, a dificuldade, de ordem mais geral, em adequar as ideologias liberais ao caso concreto da permanência da escravidão e das estruturas sociais oligárquicas no país. Em segundo, a própria violência de um projeto de homogeneização nacional sentido como necessário para a representação “moderna” da nação. Começa a ser esboçada, com mais nitidez, a estrutura da ambigüidade discursiva, que vai tornar-se progressivamente saída e limite dos discursos sobre raça e gênero no Brasil.

Antes de prosseguir, gostaria apenas de observar que, mesmo tendo sido simbolicamente central, a própria natureza da imagem “civilizadora” que foi reservada às mulheres na mitologia republicana, privilegiando apenas sua capacidade reprodutiva e educadora, contraditoriamente a excluiu do pacto simbólico que terminou por constituir a própria idéia globalizante de nação. O alcance negativo da súbita valorização dos papéis femininos na República foi percebido e contestado na época, como se pode ver no interessantíssimo *Mulheres Ilustres do Brasil*, de Ignez Sabino, publicado em 1899, que procura reorientar, ainda que sem sucesso, o sentido de “celebridade feminina” nas demais biobibliografias de grande circulação no final do século.

No plano da ficção, especialmente no caso dos romances fundadores, as coisas não se passam de forma muito diferente. Qualquer exame, mesmo superficial, das obras de José de Alencar, um dos principais articuladores dos mitos de fundação da nacionalidade no romance brasileiro, aponta para a presença da mulher constituída como o ícone nacional por excelência. Neste caso, a mulher é representada, não só enquanto o *locus* privilegiado da invasão e da colonização, mas, sobretudo, das estratégias de “naturalização” e “harmonização” dos conflitos entre elementos antagônicos

¹ MOREIRA LEITE, Miriam. Uma Construção Enviada: A Mulher e o Nacionalismo no Séc. XIX (mimeo). Trabalho apresentado no seminário De que Fala o Nacionalismo? Ciec, UFRJ, 1989.

HOLANDA, H. B., Letras, Armas e Virtudes (mimeo). Trabalho apresentado no V Encontro da ANPOLL, 1990.

das lutas pela consolidação nacional, como é claramente o caso dos clássicos do romantismo brasileiro, os romances *Iracema* e *O Guarani*.

É importante entretanto registrar o fato de que raramente as escritoras mulheres se identificaram com a missão da “construção nacional” e que a pesquisa vem mostrando, pelo contrário, na produção literária feminina, um profundo sentimento de exclusão ou até mesmo de perda de identidade, determinado pelas ideologias modernizantes, homogeneizantes e nacionalistas. Este problema, pela forma indireta com que está sendo colocado pelos trabalhos da área, revela a enorme dificuldade que as mulheres sempre demonstraram em situar-se no quadro sócio-histórico da formação nacional e do desconforto na relação com os sentimentos patrióticos ou nacionalistas.

Um dado interessante e revelador na dissociação das mulheres com as idéias de uma fraternidade nacional é a existência, desde o início do século passado, da inclinação das organizações feministas pelas *networks* internacionais, como foi o caso da grande participação feminina nos movimentos panamericanistas e nas associações pacifistas internacionais.

Se o século XIX traçou o esboço de uma identidade nacional extremamente problemática e ambígua no que diz respeito às relações étnicas, de gênero ou de classe, mais complexa ainda é a proposta de uma redefinição da identidade nacional capaz de teorizar e instrumentalizar essa ambigüidade, formulada pelas vanguardas artísticas do início do século.

O ponto alto das vanguardas modernistas foi a proposta antropofágica, considerada, até hoje, como o grande *insight* em termos de definição de uma identidade cultural moderna para o país. O “modelo antropofágico” procurava, através da apropriação canibalesca dos aspectos “desejáveis” das novas formas do progresso e da tecnologia anunciadas pelo capitalismo, uma fórmula que encompassasse as dissonâncias da vida social brasileira. O assunto é quente, mas vou ater-me aqui apenas a um pequeno aspecto que diz respeito à questão específica da elaboração antropofágica de uma noção de diferença que, salvo engano, ainda reverbera no processo de construção da subjetividade da mulher e do negro brasileiros.

Oswald de Andrade, o autor do Manifesto Antropofágico de 1928, afirma ter se baseado no ensaio de Montaigne sobre o canibalismo. No ensaio de Montaigne, o que salta aos olhos e que vai se tornar o ponto-chave do manifesto modernista é a observação de que os canibais escolhiam para devorar apenas aqueles prisioneiros que resistiam totalmente à assimilação. Caso os prisioneiros se identificassem minimamente com a cultura da tribo, poderiam ser mortos mas não devorados. Para merecer ser degustado, o estrangeiro deveria exibir a prova de sua diferença **até o fim**. O gesto antropofágico revela, portanto, antes de mais nada, uma extrema fascinação com a diferença e com a alteridade. Entretanto, no caso da vanguarda modernista, a “devoração da diferença”, tanto o discurso colonial quanto o discurso modernizador enfatiza, de forma particular, o gesto subsequente ao processo de absorção que é a eliminação daquilo “que não interessa”.

Desenvolve-se assim, a partir do projeto antropofágico, uma elaborada tecnologia cultural de trituração, processamento e deglutição da alteridade com particular atenção na eliminação, ainda que parcial, das diferenças. Não me parece exagerado afirmar que os mitos sobre as relações raciais e de gênero, no Brasil, reproduzem com fidelidade a ambivalência entre esta forte fascinação com a diferença e a preferência por assimilá-la apenas parcialmente. Um dos pontos evidentes - ou, melhor, a "caixa preta" - do modelo antropofágico, que constitui a auto-imagem brasileira mais prestigiada, é a recorrência de uma ambivalência estrutural e de uma desordem carnalizante e pré-lógica, um tipo de perversão polimorfa constitutiva da nossa realidade social, na qual a ordem social e moral estaria sendo constantemente subvertida.

A sintomatologia antropofágica ou o processo de constante, mas parcial, assimilação da diferença, aponta mais para a evidência de uma dualidade auto-referencial, fundada em oposições hierárquicas, do que para uma possível convivência democrática entre segmentos raciais, sexuais ou de classe.

No caso brasileiro, podemos dizer mesmo que as desigualdades sexuais e raciais metaforizadas tornam-se constitutivas das representações sobre a nacionalidade. A centralidade da imagem da mulata, nos textos e subtextos que conformam nossa identidade cultural, exemplifica a natureza complexa desta operação e demonstra como, neste caso, as características nacionais que informam nossa tradição cultural são bem menos importantes do que as relações e intermediações que estabelecem entre si.

Tanto a iconoclasta determinação modernista em estabelecer - de forma estrategicamente imprecisa - o que seria o caráter brasileiro, quanto o movimento oitocentista de construção genealógica da tradição nacional, consolidam-se como os dois grandes momentos fundadores de nossa História Literária, exatamente por sua sutil capacidade de instrumentalizar ambigüidades e mediações, diluindo assim o confronto entre diferenças, numa dicção considerada como "autenticamente nacional".

Essa é a história que começa agora a ser questionada e reescrita pela crítica e pela produção literária das mulheres, e que certamente terá um final mais feliz do que a anterior.